



**MPMT**

**Centro de Apoio Operacional de Educação**  
Ministério Público do Estado de Mato Grosso

**BOLETIM INFORMATIVO**

**CAO.EDUCAÇÃO**

**01.2024**



# APRESENTAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional de Educação tem como papel essencial prestar apoio técnico às (aos) procuradoras (es) e promotoras (es) de Justiça, bem como às (aos) servidoras (es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutiva.

# SUMÁRIO

|                                                  |    |
|--------------------------------------------------|----|
| AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO.....  | 4  |
| NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS..... | 6  |
| NOTÍCIAS DO MPF.....                             | 8  |
| NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....           | 9  |
| NOTÍCIAS DIVERSAS.....                           | 10 |

## EQUIPE CAO-EDUCAÇÃO

Miguel Shessarenko Júnior – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO-Educação

Patrícia Eleutério Campos Dower – Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Educação

Marcos André dos Santos Júnior – Auxiliar Ministerial

Ariane Cristine de Carvalho Brito – Residente

# NOTÍCIAS DO MPMT



## [Estudantes recebem notebooks por avanços no desempenho escolar](#)

Trinta estudantes dos 7º anos das Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF) Mauro Weis, 13 de Maio e Carlos Drummond de Andrade, em Primavera do Leste (a 231km de Cuiabá), receberam notebooks em reconhecimento pelos avanços significativos em habilidades acadêmicas. O evento de premiação ocorreu no dia 13 de dezembro de 2023, no Teatro Municipal, e contou com a participação do promotor de Justiça Matheus Pavão de Oliveira.



## [Parceria busca fomentar atendimento educacional especializado em MT](#)



O Ministério Público do Estado de Mato Grosso e o Tribunal de Contas do Estado pretendem atuar de forma sinérgica suas funções institucionais para fomentar o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência e com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O compromisso consta em um Termo de Cooperação Técnica assinado no Dia Nacional do Ministério Público, pelo procurador-geral de Justiça, Deosdete Cruz Junior, o presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro José Carlos Novelli, e o procurador-geral de Contas, Alisson Carvalho de Alencar.

## [Audiência pública discute superlotação em escolas](#)

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso promoveu no dia 12 de dezembro de 2023 às 14h, em Sorriso, audiência pública para discutir a superlotação das salas de aula e a eventual insuficiência de vagas oferecidas nas escolas para estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental, do 7º ao 9º ano – 3º ciclo, e para estudantes do Ensino Médio. Os trabalhos foram conduzidos pela 3ª Promotoria de Justiça Cível do município.



### Ação conjunta verifica segurança das escolas em Barra do Bugres



Dezenove escolas públicas e privadas, localizadas no município de Barra do Bugres (165 km de Cuiabá), foram vistoriadas nesta segunda e terça-feira em uma ação conjunta entre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso e a Unidade do Corpo de Bombeiros de Tangará da Serra. Além de questões relacionadas à segurança, também foi verificado se as unidades de ensino possuem projeto de combate a incêndio e pânico.

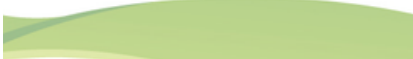
### 4º Concurso do Projeto Valor premia alunos

A premiação do 4º Concurso do Projeto Valor ocorreu no dia 07 de dezembro de 2023, às 14h30, na sede das Promotorias de Justiça de Nova Mutum (a 264km de Cuiabá). Com o tema “Escolhas da Vida II”, o concurso buscou premiar alunos do 1º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio matriculados na rede de ensino pública e privada de Nova Mutum e de Santa Rita do Trivelato, em cinco categorias.



# NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS

## [MPCE recomenda que Prefeitura de Penaforte promova ações educativas de prevenção à gravidez na adolescência](#)



Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), por meio da Promotoria de Justiça Vinculada de Penaforte, expediu, nessa terça-feira (19/12), recomendação à Prefeitura de Penaforte para que a administração municipal promova ações educativas ligadas à Semana de Prevenção da Gravidez na Adolescência, que se inicia no dia 1º de fevereiro de 2024. A medida é resultado de procedimento administrativo instaurado em 2021 com o objetivo de instigar a gestão a realizar ações ligadas à temática. No entanto, mesmo após dois anos, a gestão ainda não aderiu à campanha.

## [MPRJ ajuíza ação para que Município de São Gonçalo convoque candidatos aprovados e realize novo concurso público da educação](#)

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação do Núcleo São Gonçalo, ajuizou ação civil pública com pedido de tutela de urgência para que o Município de São Gonçalo garanta o direito à educação das crianças e adolescentes atendidos pela rede pública municipal de ensino. O MPRJ requer que seja prorrogado o concurso público realizado por meio do Edital 001-PMSG-2020 para a convocação dos candidatos aprovados, com a dispensa dos contratados temporariamente para as mesmas vagas.



## [Prefeitura firma acordo com Ministério Público de São Paulo para melhorar estrutura na Educação Infantil da Rede Municipal](#)

Com o propósito de assegurar medidas para adequar o número de estudantes por área das salas de aula e de alunos por educador em todos os níveis da Educação Infantil, a Prefeitura de Itupeva firmou junto ao Ministério Público de São Paulo (MPSP), um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). A documentação foi assinada pelo prefeito em exercício, Angelin Lorenção, bem como o secretário municipal de Educação, Fábio José de Andrade e a promotora de Justiça, Larissa Beserra, no dia 12/12/2023.

### [MPGO obtém determinação judicial para que os municípios de Guapó, Aragoiânia e Abadia de Goiás contratem psicólogos e assistentes sociais para a área de educação.](#)



Apoio de profissionais foram determinados judicialmente

O Ministério Público de Goiás (MPGO), a partir de ações da 2ª Promotoria de Justiça de Guapó, obteve sentenças judiciais que reconheceram a inadimplência dos municípios de Guapó, Aragoiânia e de Abadia de Goiás quanto à aplicação da nova Política Nacional da Educação (PNE). Ela determina a contratação, por concurso público, de profissionais de Psicologia e Assistência Social exclusivamente para atuar na área da Educação.

### [Termo de Compromisso do MPMS estabelece cronograma para fornecimento e validação do Passe do Estudante na Capital](#)

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul firmou, na tarde de ontem (4/12), o Termo de Compromisso com a Secretaria de Estado de Educação (SED), a Secretaria Municipal de Educação (Semed), o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de Mato Grosso do Sul (Sinepe/MS), os Conselhos Tutelares Sul, Norte e Bandeira; e a Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran), que visa a estabelecer o cronograma para fornecimento e validação do Passe do Estudante na Capital. Para ler o Termo de Compromisso na íntegra e ver o cronograma do envio de dados, [Clique Aqui](#).



### [Ministério Público do Paraná ajuíza ação contra o fechamento do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Maria Antonieta Scarpari, em Goioerê](#)

Em Goioerê, no Centro Ocidental do estado, o Ministério Público do Paraná, por meio da 2ª Promotoria de Justiça da comarca, ajuizou ação requerendo que o Judiciário impeça o fechamento do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA) Maria Antonieta Scarpari. A instituição oferta ensino fundamental e ensino médio, com especificidade e flexibilidade curricular. Os alunos são adolescentes, jovens, adultos e idosos que atrasaram seus estudos e buscam uma melhor formação escolar. O CEEBJA permite que os estudos sejam concluídos em prazo razoável. O processo (número 0004522-88.2023.8.16.0084) aguarda decisão do Juízo da Vara da Infância e Juventude de Goioerê.

# NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

## [MPF recomenda a municípios do Amapá que inscrevam obras inacabadas de creches e escolas em programa federal](#)

Buscando estimular o enfrentamento das obras paralisadas e inacabadas na educação básica, o Ministério Público Federal (MPF) recomendou aos municípios de Macapá, Santana e Porto Grande, no Amapá, que inscrevam as obras inacabadas de suas creches e escolas no Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica. O prazo para adesão ao programa é até 22 de dezembro de 2023 e a adesão pode ser feita diretamente no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (Simec).



## [A pedido do MPF, Ministério da Educação promete assegurar transporte escolar para alunos de institutos federais](#)



Em resposta à recomendação enviada pelo Ministério Público Federal (MPF), o Ministério da Educação (MEC) informou que já iniciou o processo de alteração legislativa visando à implementação de política pública que assegure o eficiente transporte escolar de alunos dos Institutos Federais (IFs) de todo o país. De acordo com a pasta, a medida deve ser concluída no prazo de um ano.

# NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

## STF recebe ação contra lei do PR que proíbe linguagem neutra e flexão de gênero nas Escolas e Administração Pública estaduais

A Aliança Nacional LGBTI+ e a Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (Abrafh) pedem a suspensão de lei do Paraná que proíbe o uso de linguagem neutra/inclusiva e flexão de gênero em documentos da Administração Pública, escolas e bancas examinadoras de concursos públicos. As duas entidades ajuizaram Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 7564) para suspender os efeitos da Lei estadual 21.362/2023. Argumentam que a proibição do uso da linguagem neutra e da flexão de gênero é arbitrária e que a medida viola os princípios da razoabilidade e da isonomia. Acrescentam que compete exclusivamente à União editar leis referentes às diretrizes e bases da educação e que, além disso, a Constituição Federal impede atos de censura prévia e que afrontem a liberdade de expressão, de aprendizado e de ensino. Por fim, as entidades argumentam que é inadequada, desnecessária e desproporcional a medida. Segundo elas, não cabe o argumento da lei de prevalência da gramática, da norma culta, sobre a linguagem coloquial, pois a língua é dinâmica e evolui independentemente de consensos normativos. O relator da ação é o ministro Luiz Fux.



## OUTRAS NOTÍCIAS

### [Pacto pela Retomada de Obras da Educação recebe quase 3.800 manifestações de interesse de estados e municípios](#)

Encerrado o prazo para estados e municípios manifestarem interesse na retomada de obras paralisadas e inacabadas da educação, no último 22 de dezembro, a adesão final contou com exatas 3.783 solicitações registradas via Sistema de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (Simec). O número é resultado da soma de dois momentos de abertura das repactuações com os entes federados: o primeiro ocorreu por meio da Medida Provisória nº 1.174/2023, que valeu até 10 de setembro e teve 2.905 manifestações; já o segundo, terminado neste dia 22, referiu-se à Lei nº 14.719, sancionada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 1º de novembro deste ano, gerando 878 pedidos. Clique [neste link](#) para mais informações sobre o Pacto.



### [Ranking da educação: Brasil está nas últimas posições no Pisa 2022; veja notas de 81 países em matemática, ciências e leitura](#)



Entre 2018 e 2022, o Brasil apresentou um desempenho estável no Pisa (sigla em inglês para Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), prova aplicada em 81 países para avaliar o desempenho de alunos de 15 anos em matemática, leitura e ciências. Os dados foram divulgados em 05/12/2023. Apesar de não ter havido queda mesmo após todas as

dificuldades impostas pela pandemia (como fechamento das escolas e desigualdade digital no ensino remoto), os índices são preocupantes: o país continuou na parte inferior da tabela, com notas muito abaixo das médias registradas pelos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

### [Brasil não avança na meta de universalização da educação infantil](#)

Entre 2019 e 2022, o Brasil não avançou na meta de universalização da educação infantil. A frequência escolar das crianças com 4 e 5 anos de idade - início da obrigatoriedade da educação básica - recuou 1,2 ponto percentual no período, passando de 92,7% para 91,5%. É o que aponta a Síntese de Indicadores Sociais 2023: uma análise das condições de vida da população brasileira, divulgada no dia 06/12/2023 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

## Pesquisa aponta desigualdades entre negros e brancos na educação

No período de 2010 a 2019, a parcela de estudantes negros que estavam atrasados na escola, ou seja, que se encontravam naquilo que profissionais do meio da educação chamam de distorção idade-série, era de 7,6% nos anos iniciais do ensino fundamental. Ou seja, um a cada seis, proporção bastante diferente da de brancos, que era de um a cada 13. Esse é um dos dados destacados pelo Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais (Cedra), que mostra como o racismo estrutural também chega às salas de aula, apesar de a população brasileira ser predominantemente negra.



## Governo federal vai inaugurar cem campi de institutos federais até 2026



O governo federal pretende inaugurar mais cem campi dos institutos federais (IFs) no país até o final do atual mandato, em 2026. Os detalhes do plano de expansão ainda serão definidos, mas a ampliação já é comemorada tanto pela rede de institutos federais quanto pelos estudantes. O anúncio foi feito pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da 4ª Conferência Nacional de Juventude. “Nós vamos fazer mais cem institutos federais neste país para que a gente possa suprir a ausência de vagas para a juventude aprender uma profissão, ter um emprego digno e um salário justo”, afirmou.

## Vai à sanção projeto para valorização dos profissionais da educação básica

O Plenário aprovou nesta terça-feira (12), em votação simbólica, o projeto de lei da Câmara que estabelece regras gerais para valorização dos profissionais da educação básica pública. O texto — que prevê planos de carreira, formação continuada e condições de trabalho para professores, diretores, inspetores e técnicos — será encaminhado à sanção presidencial.



## Denúncias de ameaças a escolas caem no país, mas média ainda é de 6 por dia



O Brasil apresenta queda brusca no registro de denúncias de ameaças e ataques contra escolas feitas em um canal criado pelo governo federal em abril. Entretanto, o número ainda é considerado alto por especialistas, com média de 6 casos por dia em outubro

## [Congressistas derrubam veto, e educação digital comporá currículo escolar](#)

O Congresso Nacional derrubou, nesta quinta-feira (14), o item 1 do veto 3/2023, aplicado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva à Lei 14.533, de 2023, que criou a Política Nacional de Educação Digital (Pned). Com a derrubada, volta a valer a determinação de que a educação digital – com foco na leitura e escrita em ambiente digital e no ensino de computação, programação, robótica e outras competências digitais – deve compor a grade curricular do ensino fundamental e do ensino médio. A lei teve origem no PL 4.513/2020, aprovado pelo Senado em dezembro de 2022.

## [MEC repassa mais R\\$ 100 milhões às secretarias de educação](#)

Em 22 de dezembro, o Ministério da Educação (MEC) liberou mais R\$ 100 milhões para o pagamento do quinto lote de recursos do programa Escola em Tempo Integral, que fomenta a criação de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da educação básica. Ao todo, serão beneficiadas mais 12 secretarias de estado de educação e 30 secretarias municipais. Os recursos já começaram a chegar nas redes de ensino e devem apoiar a ampliação da jornada escolar para assegurar direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes em comunidades escolares em maior vulnerabilidade social.



## [Secretaria de Educação do DF lança caderno de práticas exitosas em educação para a paz](#)



A Secretaria de Educação do Distrito Federal publicou, na última semana, a primeira edição do Caderno de Práticas Exitosas em Educação para a Paz. O documento traz trocas de experiências e compartilhamentos sobre cultura de paz nas escolas por meio de ações e projetos trabalhados em escolas das 14 Coordenações Regionais de Ensino (CREs) do DF. A versão impressa do material será entregue para os gestores das escolas públicas no início do ano letivo. [Acesse aqui](#) o material.



**MPMT**  
Ministério Público  
DO ESTADO DE MATO GROSSO

**Centro de Apoio Operacional de Educação**

Ministério Público do Estado de Mato Grosso

65 3611-0600

[www.mpmt.mp.br](http://www.mpmt.mp.br)